



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO JURÍDICO

PROCESSO N° 026.2019

PARECER N° 124-A/2019

REQUERENTE: DAFIN/SESAN

ASSUNTO: CONTRATO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO INICIANDO PROCESSO LICITATÓRIO.

- I. PARECER JURÍDICO. DIREITO ADMINISTRATIVO. ADESÃO PREGÃO PRESENCIAL POR SRP. LICITAÇÃO OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SESAN, NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA (PA)

1. RELATÓRIO.

Por despacho do DAFIN/SESAN (fls.), vêm, para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, em cumprimento ao disposto no 38, parágrafo único, da Lei nº 8666/93, os autos do processo epigrafado, com vistas à verificação dos aspectos jurídico-formais do pedido formulado pelo Departamento Administrativo Financeiro - DAFIN/SESAN para aderir a ata de Sistema de Registros de Preços pelo período de 12 (doze) meses, conforme discriminado no memorando nº 144/2019-DAFIN/SESAN/PMA (fls.).

2. INSTRUÇÃO.

O processo veio instruído, entre outros, com os seguintes documentos:

- solicitação de abertura de processo licitatório (fls.);
- termo de referência (fls.);
- dotação orçamentária inicial (fls.);
- minuta contratual (fls.);

3. E o sucinto relatório. Passa-se a opinar.

4. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.

De início, convém destacar que compete a essa Assessoria prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do Administrador Público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

5. Esses limites à atividade dessa Assessoria se justifica em razão do princípio da deferência técnico-administrativa de que o órgão consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade.
6. Ademais disso, entende-se que as manifestações dessa Assessoria são de natureza opinativa e, portanto, não são vinculantes para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da exposta neste parecer. Ou seja, o presente opinativo tem natureza obrigatória, porém não vinculante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO JURÍDICO

7. COMPETÊNCIA DO DAFIN

Os objetivos do DAFIN, dentre outros, consiste na aquisição e contratação de objetos de uso comum no âmbito da competência da Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura – SESAN/PMA, acompanhar a formalização dos contratos referentes aos bens e serviços sob sua responsabilidade junto aos órgãos e entidades e, acompanhamento das licitações para aquisição e contratação de bens e serviços de uso comum da SESAN/PMA.

8. ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO – SRP/PP

A escolha em aderir a ata de Registro de Preços através do Pregão Presencial, como modalidade de licitação destina-se a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura pelo período de 12 (doze) meses com locação de bens e serviços comuns, sua finalidade é tornar a licitação mais rápida e sumária. Deve-se examinar o mercado para verificar se o objeto está ou não disponível para ser prestado, a qualquer tempo, em condições normais de mercado. Para que o bem ou serviço esteja disponível no mercado próprio a qualquer tempo, é fundamental que ele seja padronizado, de modo que as especificações técnicas exigidas no edital não podem se distanciar muito das características normalmente atendidas pelos fabricantes ou fornecedores do objeto licitado. Feitas essas considerações, cumpre à área técnica do órgão avaliar o enquadramento do bem ou serviço a ser locado nos termos acima dispostos, de modo a viabilizar a licitação.

9. MINUTAS DO EDITAL E DO CONTRATO.

Ausência da minuta do edital.

Sem prejuízo do exposto acima, observa-se que a minuta contratual está de acordo com a legislação regente podendo-se prosseguir em seus ulteriores termos.

10. CONCLUSÃO

Ante o exposto, abstraídas as questões técnicas e resguardando o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, OPINO pela aprovação da minuta do contrato.

11. Segue chancelada a minuta do contrato ora examinado

À apreciação superior.

Ananindeua/PA, 18 de junho de 2019.